

mês, tomava posição face a uma das reivindicações mais sentidas da época, a da nacionalização do mercado de trabalho: “O que resta, porém, aos míseros filhos do país? O mesquinho recurso dos empregos públicos, cujo círculo de necessidade é muito limitado. Fora deste, aliás difícilíssimo recurso, o que fica para os brasileiros? Os que ainda podem dedicar-se às letras, vão formar-se no Curso Jurídico; mas este ramo de indústria de dia em dia se torna menos importante, pelo crescido número de bacharéis, muitos dos quais já por aí andam sem terem em que ganhem a vida. Os que não dão para bacharéis, nem para nada de conhecimentos humanos, com poucas exceções, fazem-se padres. Os mais que se engajem no corpo de polícia, sejam recrutados para o exército e para a marinha, ou que andem por aí gandaiando, etc., etc. E ainda se diz que o nosso povo é preguiçoso e vadio”.

No número de 4 de novembro de 1845, *O Sete de Setembro* assim aprecia a luta de classes: “Em todos os países e em todas as épocas, essas classes privilegiadas, ciosas das vantagens que possuíam, desveladas por estendê-las todas as vezes que julgaram oportuno o ensejo, já por egoísmo, já por orgulho e cobiça, sempre procuraram manter-se em um poder discricionário, e por isso sempre se constituíram em guerra permanente com os povos por elas deserdados e oprimidos. (...) Todas as páginas da História oferecem-nos exemplos desta verdade. Tal foi em Roma a luta dos plebeus e dos patrícios; tal na Revolução Francesa a dos comuns nascentes contra o feudalismo; e, ainda hoje, pode-se dizer que é a grande questão de todo o mundo civilizado. Posterguemos nomes, que não fazem ao caso; atente-mos para as coisas, e conheceremos que os regressistas, os reorganizadores, os ordeiros de agora são ou querem ser os patrícios de Roma, ou os senhores feudais da Meia Idade. Como estes, aqueles propugnam, não pelas invariáveis leis da vida social, senão por formas variáveis de organização, enferrujadas do tempo, destruídas na razão e consciência pública. . . E será justo que alguns membros da comunidade absorvam, à custa dos demais, as vantagens reais, atribuam-se direitos, que denegam aos restantes dos cidadãos, assim atirados para a condição de um cativo real, e concentrem em suas mãos ambiciosas o monopólio do poder e da riqueza? O povo, excluído de fato de todo o direito político, privado de toda a influência legal na decisão dos negócios comuns e dos que mais imediatamente o interessam, deverá ficar nesse estado de abatimento e de torpor e carregar com todos os ônus da sociedade, sem outra compensação mais do que a miséria, a nueza e a fome?”

Nesse mesmo número de *O Sete de Setembro*, Lopes Gama situava com precisão o laço entre o nacional e o popular “. . . porque pelo povo é